



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**DEFICIÊNCIA AUDITIVA: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA DA REDE  
PÚBLICA EM CARINHANHA – BA.**

**SARA COSTA DO OURO**

**ORIENTADORA: ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA**

**BRASÍLIA/2015**



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**SARA COSTA DO OURO**

**DEFICIÊNCIA AUDITIVA: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA DA REDE  
PÚBLICA EM CARINHANHA – BA.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.  
Orientadora: Rosania Aparecida Stoco de Oliveira.

BRASÍLIA/2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**SARA COSTA DO OURO**

### **DEFICIÊNCIA AUDITIVA: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA EM CARINHANHA – BA.**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Orientadora)

---

SANDRA MARY GONÇALVES PRAZERES (Examinadora)

---

SARA COSTA DO OURO (Cursista)

BRASÍLIA/2015

## DEDICATÓRIA

Primeiramente quero agradecer a Deus, por estar vivenciando mais uma etapa na consolidação dos objetivos para aperfeiçoar meu conhecimento. Sei que sem Ele não seria possível concretizar essa oportunidade. Aos meus amados pais Lúcia e João, por ajudar-me nessa oportunidade. Aos meus irmãos Poliane e Jeny Clarck, que ajudam a cuidar de minha pequena filha Marianny Pinto, quando necessito ausentar-me. A minha querida Orientadora, Rosania Aparecida Stoco, que juntas estamos desenvolvendo um bom trabalho em busca da qualidade e concretização dessa atividade. Meus sinceros agradecimentos!

À Deus, dedico o meu sincero agradecimento, porque têm sido tudo em minha vida.

A todos independente de ter citado ou não nomes, agradeço de coração!

## **AGRADECIMENTOS**

A Tutora Fernanda Cupolillo, pela dedicação em cada módulo estudado, pela sugestão e orientação em cada atividade, para superação em cada etapa.

A Prof. Rosania Aparecida Stoco de Oliveira, pelos textos corrigidos com dedicação, pela orientação na conclusão deste trabalho, e por cada sugestão na qualidade dessa tarefa árdua, já sinto uma amizade e uma grande parceira na busca por uma educação inclusiva de qualidade.

Ao Instituto de Psicologia – IP, por conceder esse Curso de Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS; à Prof. Diva Maciel, Supervisora do Curso, que disponibilizou um curso de qualidade, muito obrigada!

Às colegas Jeane Mangabeira, Cristina Nogueira, Dilza Cassiano, Vânia Moreira, Magda Lima, pelos momentos de incentivo e grande contribuição e fortalecimento psicológico nos momentos ruins, e na realização e reflexões de estudos em cada semana estuda. Valeu pela força!

É com grande estima que agradeço a todos, muito obrigada!

## RESUMO

O processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva não é uma tarefa fácil, pois não depende somente dos recursos físicos do ambiente escolar. Este exige, entre outros, um olhar especial sobre a linguagem e a comunicação, pois é a forma de ligação entre o processo de aprendizagem entre os ouvintes e os não ouvintes. Nesse sentido este trabalho teve como objetivo investigar como acontece o processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência auditiva em uma Escola de Atendimento Especializado Ana Neri. E, para que esse objetivo fosse alcançado utilizou-se a metodologia qualitativa, com enfoque na pesquisa de campo. Os dados foram obtidos por meio de questionários e observações realizadas na Escola de Atendimento Especializado Ana Neri, tendo como participantes quatro professores que atendem alunos com deficiência auditiva no local. Através da pesquisa foi possível perceber que o processo de ensino/aprendizagem do aluno com deficiência auditiva está sendo realizado pelos profissionais da melhor maneira possível, pois, este não tem formação específica para atuar na educação inclusiva, o que demonstra a necessidade dos órgãos responsáveis oferecerem cursos de capacitação na área inclusiva, o que certamente ajudará no desenvolvimento de metodologias que vão de encontro as reais necessidades do aluno com deficiência auditiva, uma vez que os professores estarão capacitados para atuar no ambiente inclusivo.

**Palavras-Chave:** aprendizagem, deficiência auditiva, necessidades educacionais especiais, professor.

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	12
2.1. Inclusão e Surdez: Breve Histórico.....	12
2.2 A evolução do processo metodológico na educação de surdos .....	15
2.2.1 O Oralismo e Comunicação total .....	15
2.2.2 O Bilinguismo .....	18
2.3. A importância do intérprete de Libras .....	20
3 OBJETIVOS .....	22
3.1 Geral: .....	22
3.2 Específicos: .....	22
4 METODOLOGIA.....	23
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia.....	23
4.2 Contexto da Pesquisa .....	23
4.3 Participantes.....	24
4.4 Materiais .....	25
4.5 Instrumentos de Construção de Dados.....	25
4.6 Procedimentos de Construção de Dados.....	26
4.7 Procedimentos de Análise de Dados.....	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	28
5.1 Formação x experiência dos profissionais .....	28
5.2 Educação x atuação profissional.....	30
5.3 Observações .....	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
REFERÊNCIAS .....	44
Apêndice A – Questionário - Professor (Modelo .....	48
Apêndice B – Protocolo de Observação (Modelo) .....	50
ANEXOS.....	51
Anexo A - Carta de Apresentação (Modelo) .....	51
Anexo B – Carta de Aceite Institucional (Modelo) .....	52
Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo).....	53
Anexo D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo) .....	54

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Formação dos Pesquisados	<b>28</b>
Quadro 2 – Atuação x Anos de Experiência	<b>29</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

O ato de educar não é uma tarefa fácil, principalmente educar com um olhar especial, ou seja, um olhar inclusivo sobre as crianças com necessidades especiais exige mais ainda do sistema como um todo, assim Scheneider (2004, p. 01) expõe que “a inclusão, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos, exige da escola brasileira novos posicionamentos que implicam um esforço de atualização e reestruturação”, as condições atuais exigem um novo olhar sobre o ensino, principalmente quando este é público.

No século XXI, tínhamos um sistema composto por dois tipos de serviços: a escola regular e a escola especial, o aluno frequentava geralmente uma ou outra. Porém, nos últimos anos os sistemas de ensino veem passando por grandes transformações, e hoje temos somente a escola regular, que acolhe todos os alunos independentes de sua necessidade educacional especial.

Mas afinal o que é inclusão? Kelman (2010, p. 33 *apud* DELMAS-MARTY, 1999, p. 106) expõe que a palavra inclusão surgiu no século XX, com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos mais precisamente em 1948. Esse documento foi resultado de um grande empenho realizado pela sociedade, como meio de conquistar e igualar os direitos e dignidade de todos. O mesmo propõe toda uma política de direito pluralista e universal, “ordenado precisamente ao redor dos direitos fundamentais de toda pessoa humana”.

Já em 1990, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), instituiu “que todos os países membros deveriam iniciar uma organização interna em busca de construir sociedades inclusivas. Esse novo conceito implicava em se construir nações com menos desigualdade social; mais oportunidades para todos.” (KELMAN, 2010, p. 33).

Nota-se que há anos se fala em inclusão, mas nos questionamos será se há de fato a inclusão escolar? O grande desafio enfrentado pela escola pública brasileira é conseguir incluir sem excluir. Isso, pelo fato de que muitos acreditam que incluir uma criança com deficiência é somente colocá-la em uma sala com os ditos “normais” ou não deficientes. Ela estará no ambiente, mas o ambiente não está preparado para ela. Assim, do que adianta estar em um lugar onde ela não é vista com o mesmo olhar em relação às outras crianças? Do que adianta a criança estar em um ambiente onde suas limitações não serão respeitadas? Algumas dessas questões acima citadas foram norteadoras desse processo investigativo, com o intuito

de procurar respostas para o seguinte questionamento: como acontece o processo de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva na Escola de Atendimento Especializado Ana Neri (nome fictício), na rede regular de ensino de Carinhanha- Bahia?

Os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1997), estima-se que 1,5% população brasileira (2,25 milhões) é portadora de deficiência auditiva. No campo educacional de acordo o IBGE/2000 cerca de 700 mil pessoas com algum tipo de surdez, são atendidas nas diversas modalidades de ensino, desde as escolas públicas, as especiais, como também em ONG's. Diante dos dados apresentados nota-se o quanto se faz necessária a política pública voltada para a transformação e para qualidade do ensino/aprendizagem do aluno com deficiência auditiva.

Sendo assim, a importância deste trabalho se deve pela grande necessidade diária que temos de nos comunicar, seja na forma escrita ou oral, pois alguém já imaginou como é uma criança querendo dizer para a mãe e/ou qualquer ente querido que está com dor ou que deseja algo, e esse não lhe entender. Ou então, que está com medo de determinada coisa e a mãe/ente querido compreende que está com dor no ouvido, e lhe dá um remedinho para aliviar e sarar. Mas na verdade o que a criança desejava era apenas estar na companhia, sendo acolhida no colo da mãe.

Sendo assim, é importante adentrar no conhecimento de vários estudiosos e teóricos da área que contribuíram para consolidação teórica neste campo de estudo, para compreender um pouco do universo das pessoas com deficiência auditiva. Nessa perspectiva a pesquisa direcionara-se mais precisamente para o Município de Carinhanha-BA, com olhar especial para uma Escola de Atendimento Especializado Ana Neri, da rede pública de Carinhanha-Bahia, pois ao longo dos módulos estudados, e em especial aos módulos V e VI, aguçou-nos os questionamentos levantados e vivenciados pelos profissionais que em seu dia a dia buscam levar o melhor para as crianças com deficiência auditiva.

Confesso que compreender os fundamentos da educação especial não foi uma tarefa fácil, pois o ato de educar é uma missão árdua, e ensinar uma criança com necessidade especial exige mais ainda do educador. Nesse sentido, durante minha formação senti as deficiências do ensino, não deficiência física, mas aquelas do próprio sistema, do meio em que vivemos, ou seja, escolas não preparadas, ensino defasado, e vários outros empecilhos de um sistema público de ensino. Contudo, durante a graduação vivi as dificuldades da vida, mas foi com dedicação, perseverança e confiança em Deus, que venci a batalha. Foi neste período, trabalhando como professora, em uma pequena comunidade do interior, que conheci o pai de

minha filha, e na convivência com uma sobrinha, nasceu em mim a paixão pelo ensino da pessoa com deficiência auditiva.

Diante disso, o interesse pelo tema em estudo surgiu das várias pesquisas de campo realizadas durante os módulos V e VI deste curso de especialização, e da necessidade de comunicar-me com entes queridos com deficiência auditiva. Outros fatores motivadores foram: conhecer um pouco mais sobre as políticas públicas para a pessoa com deficiência auditiva, seu processo de inclusão no sistema regular de ensino e as várias dificuldades encontradas pelas escolas no atendimento a esta clientela.

Para buscar concretizar esse estudo, objetivou-se investigar como acontece o processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência auditiva em uma Escola de Atendimento Especializado Ana Neri, na cidade de Carinhanha-Bahia.

Para a realização deste trabalho foi escolhida a concepção teórica histórico-cultural, isso porque as contribuições de Vygotski na perspectiva histórico-cultural sobre o desenvolvimento humano são pertinentes para ampliar essa discussão, por evidenciar questões relevantes sobre o papel da cultura na formação subjetiva, bem como reflexões importantes acerca das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais (VYGOTSKI, 1989).

Essa monografia foi estruturada em seis partes: a primeira apresenta a fundamentação teórica do trabalho com destaque para a teoria histórico-cultural de Vygotski; a segunda destaca os objetivos do trabalho proposto que é investigar como acontece o processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência auditiva em uma Escola de Atendimento Especializado da rede regular de ensino de Carinhanha – Bahia; a terceira abordou a metodologia do trabalho destacando o tipo de pesquisa, levando em conta o enfoque qualitativo, pois há um compromisso com o processo da investigação e não somente com seu produto; o objeto de estudo uma escola de atendimento especializado, sendo participantes os professores; os procedimentos utilizados para construção da pesquisa foram a aplicação de questionário e as observações realizadas na escola. Na quarta parte referimo-nos aos resultados e discussão, onde foi realizada uma reflexão teórico-científica sobre os dados obtidos. Na quinta parte apresentamos as considerações finais que aborda os dados colhidos na pesquisa de campo e quais foram os resultados alcançados, tendo como base os objetivos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. Inclusão e Surdez: Breve Histórico**

A inclusão escolar é uma questão importante, que tem levantado há muitas discussões nas diversas esferas públicas, sobre suas necessidades e peculiaridades, gerando inquietações, que levaram muitas pessoas a despertarem para essa realidade, e a se preocupar com a inserção de todas as pessoas na sociedade, sem exceções, preconceitos ou discriminações. Nesse contexto, o processo de inclusão no Brasil foi debatido e organizado, através de leis, decretos, estatutos, diretrizes e demais bases legais que sustentam o ensino em nosso país.

A palavra exclusão é antiga e essa começou a ser difundida desde a antiguidade. Isso porque alguns povos sacrificavam pessoas tidas ou nascidas com algum tipo de deficiência. Aristóteles, grande filósofo, considerava o indivíduo com surdez um ser incapaz de socializar-se em comunidade. Com o passar dos anos, essa visão foi sofrendo transformações e a pessoa com surdez, foi adquirindo direitos como qualquer outro cidadão, contudo ainda não ficaram totalmente livres da exclusão.

É possível datar que a história da educação do deficiente auditivo surgiu há 400 anos, porém a mesma não possuía um olhar especial de estudiosos e assim as pessoas consideradas deficiente auditiva eram enclausuradas. Vale ressaltar que a pessoa com esse tipo de deficiência foi confundida há muitos anos como uma pessoa incapaz, sem inteligência. Contudo, o que realmente se presumia é que está não tinha estimulação, e não conseguia desenvolver psicologicamente, e nem de acordo com os padrões sociais normais. Porém, essa visão tomou novos rumos, e notou-se que o indivíduo com deficiência auditiva pode aprender a comunicar-se por meio da língua de sinais ou até mesmo a própria língua falada.

Vários estudiosos como Aristóteles passaram a ter um olhar especial para a educação do deficiente auditivo, sendo o ápice desse campo de estudo o continente europeu no século XVI, onde foi desenvolvido diferentes estratégias metodológicas de ensino, entre eles o ensino da língua auditiva-oral nativa, língua de sinais, datilologia (alfabeto manual de Libras).

Já no Brasil a educação de surdos inicia-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, em 26 de setembro de 1857, hoje intitulado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o mesmo foi fundado pelo Professor Frances surdo Hernest Huet, que aceitou convite do Imperador D. Pedro II, para trabalhar na educação de surdos (PERLIN, 2002).

As primeiras estratégias de aprendizagem adotadas por Huet foram a linguagem escrita, e em seguida a articulada, arranhando um pouco a fala; depois, a datilografia até chegar

aos sinais. No que tange a disciplina, ele assim como muitos professores na atualidade, realizam a leitura dos lábios, sendo esse o primeiro contato com a língua de sinais trazida pelo então Francês Harnest Huet, e que até hoje é utilizada por uma minoria dos alunos com deficiência auditiva, que “levado por sentimentos de solidariedade humana, cogitou, por sua vez casa de ensino e abrigo para seus companheiros surdos-mudos” (PERLIN, 2002, p. 36).

Diante disso, o processo histórico das necessidades educacionais especiais encontradas no ambiente foi delineando sua história na sociedade bem como no ambiente escolar. Vale destacar, as necessidades físicas e cognitivas que passaram a tomar lugar de destaque no meio educacional, fator que a Declaração de Salamanca (1994, p. 15), propõe:

[...] a expressão necessidades educacionais especiais refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. [...] Neste conceito, terão que se incluir crianças com deficiências ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, etnias ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavoráveis ou marginais.

Nessa perspectiva as escolas precisam estar preparadas para garantir uma educação de qualidade independente da deficiência de seu aluno. E o Ministério da Educação – MEC vem contribuindo significativamente com o processo de educação de qualidade para todos, por meio de políticas públicas de acesso e garantia de direitos.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na Constituição Federal de 1988 fica claro que a educação é direito de todos, sem distinção, sendo de responsabilidade do estado e da família proporcionar esse direito. Outro artigo que merece destaque é o art. 206, parágrafo I, quando expõe a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Nesse sentido, as condições de acesso e permanência das pessoas na escola devem ser iguais. A Constituição Federal, em seu artigo 208, estabelece que "o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". E, para garantir o que estabelece o artigo 208, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394,

de 20 de dezembro de 1996, explicita a educação especial, como "uma modalidade de educação escolar na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".

Neste contexto, outra data importante para a comunidade surda, é o dia 24 de abril de 2002, quando o então Presidente Fernando Henrique Cardoso Sanciona a Lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que oficializa a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como a segunda língua do país, como direito de todos os cidadãos surdos, como sua língua materna. (BRASIL, 2002).

Para reforçar a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 o governo aprova o Decreto 5.626, em 22 de dezembro de 2005, onde propõe "o direito ao ensino em escolas e/ou classes de educação bilíngue, com professores fluentes em Libras e na Língua Portuguesa, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental". Nesse sentido a lei chama atenção para a obrigatoriedade do Ensino de Libras no sistema regular de ensino, bem como para a formação dos profissionais habilitados na área.

O Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, contém nove capítulos que dispõem sobre os temas: Libras como disciplina curricular; o ensino da língua portuguesa oferecida aos alunos surdos como a segunda língua; a formação de profissionais bilíngues como a regulamentação do uso, e difundir essa língua em locais públicos e privados. Diante disso, nota-se que vários desafios foram postos ao sistema, agora cabe ao sistema colocá-lo em prática.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, estabelece:

O ensino gratuito aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, sendo dever ser oferecidas de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Parágrafo único da Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009 diz que:

Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

A sala de recursos é um suporte de extrema relevância, pois além de contribuir para o processo de aprendizagem do aluno, facilita o trabalho pedagógico do professor e está por sua

vez, precisa atender às reais necessidades da clientela de alunos, disponibilizando-os tanto os recursos materiais quanto o humano.

Assim, com base na Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, no seu Art. 12 que propõe que “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”. Contudo, faz-se necessário que a Secretaria Municipal de Educação, possibilite a esses profissionais, formação na área da educação especial, para que o trabalho desenvolvido na Escola Especializada Ana Neri possa ir de encontro às verdadeiras necessidades da pessoa com necessidades educacionais especiais, auxiliando, portanto no seu desenvolvimento educacional, social e cultural.

Portanto, o educador do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é de grande importância na aprendizagem dos alunos com deficiências, uma vez que os professores possibilitarão atendimento específico para suas necessidades e dificuldades, oferecendo oportunidades possíveis no processo ensino aprendizagem.

## **2.2 A evolução do processo metodológico na educação de surdos**

### **2.2.1 O Oralismo e Comunicação total**

O processo histórico sobre a educação dos surdos está permeado por uma evolução histórica metodológica significativa, que envolveu três importantes estratégias: o Oralismo, a Comunicação total e o Bilinguismo.

O oralismo permaneceu durante um século como uma metodologia empregada para ensino dos alunos com deficiência auditiva. Isso porque as relações entre aluno surdo e professores eram realizadas por meio da oralidade. Esse processo levou várias consequências no desenvolvimento dos alunos surdos.

O oralismo é uma abordagem que visa à integração da criança surda na comunidade ouvinte, enfatizando a língua oral do país (GOLDFELD, 1997). Nesse sentido, o oralismo tem como função que o indivíduo aprenda através da oralidade, não tendo contato com a comunicação voltada especialmente para pessoa surda. Diante disso, muitos estudiosos do oralismo consideram que a língua de sinais é uma barreira para o desenvolvimento da língua oral. Nessa perspectiva a prática oralista estimula a audição do indivíduo. Sendo assim, Goldfeld (1997, p. 34) propõe que:

O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção normalidade, à “não surdez.”

Nessa visão, a abordagem oralista defende que o surdo deve comporta-se como uma pessoa normal, que ouve usando a voz como habilidade, e praticando em seu processo de ensino a leitura labial, recusando assim a linguagem por meio de gestos.

Assim Goldfeld (1997, p. 59) coloca que:

O oralismo ao considerar a oralização sua meta principal e ao não valorizar realmente o diálogo espontâneo e contextualizado, na única língua em que este é possível para a criança surda, a língua de sinais, provoca diversos danos ao desenvolvimento linguístico e cognitivo desta criança, já que o deve ocorrer através do diálogo contextualizado.

A partir dessa visão nota-se que a abordagem oralista na área da surdez, acaba privando o aluno com deficiência de adquirir sua linguagem de forma natural, pois ao utilizar tal metodologia estará este buscando simplesmente oralizar-se, podendo gerar consequências em seu processo intelectual e social.

Assim, a abordagem oralista defende que o surdo deve comporta-se como uma pessoa normal que ouve, usando a voz como habilidade, e praticando em seu processo de ensino a leitura labial, recusando assim a linguagem por meio de gestos.

Ainda segundo Goldfeld (1997, p. 35), “o trabalho de compreensão e de oralização é direcionado no sentido de possibilitar a criança dominar gradativamente as regras gramaticais e chegar a um bom domínio da língua portuguesa”. Diante disso, percebe-se que o oralismo tinha como objetivo dominar as regras gramaticais não se preocupando com as habilidades intelectuais e sociais do aluno com deficiência auditiva.

Para Goldfeld (2001, p. 32).

A criança surda deve, então, se submeter a um processo de reabilitação que inicia com a estimulação auditiva precoce, ou seja, que consiste em aproveitar os resíduos auditivos que quase a totalidade dos surdos possuem e possibilitá-las a discriminar os sons que ouvem [...] deve chegar à compreensão da fala dos outros e por último começar a oralizar. Este processo, que deve ser iniciado ainda no primeiro ano de vida, dura em torno de 8 a 12 anos, dependendo das características individuais da criança.

Desta forma, durante muitos anos profissionais defensores do ensino oralista, preocuparam-se em desenvolver no processo de ensino/aprendizagem do indivíduo com deficiência auditiva somente as regras gramaticais, não levando em conta as dificuldades que esses indivíduos tinham em aprendê-las como uma pessoa ouvinte.

Nessa perspectiva nota-se que a linguagem oral era a única forma de estimular o processo de ensino/aprendizagem do aluno, e permanecendo no apogeu dos pensadores oralistas por muitos anos. Durante o auge do oralismo, o processo de ensino/aprendizagem da criança com deficiência auditiva em instituições de ensino, aconteceram vários momentos de perseguições, entre eles pode-se destacar a fala de Perlin (2002, p. 42).

No auge do oralismo, o uso da língua de sinais foi banido e proibido nos recintos tanto das instituições educativas ou da família como nas organizações de surdos. Os surdos eram submetidos, às vezes, a castigos pesados caso utilizassem a língua de sinais. Houve histórias de impedimento de contato pessoal entre surdos, repressões e outros. Até os dias de hoje, esses surdos continuam com estranhos receios. Também existem casos de surdos que se voltaram contra a própria língua de sinais considerando-a como não-motivadora da convivência social, além de outros estereótipos contra a sua própria língua.

Assim, de acordo Capovilla (1998, p.103, *apud* PRILLWITZ, 1990, 1482) “apesar de todos os seus esforços, no método oralista as habilidades de leitura e escrita dos surdos tendem a limitar-se ao nível de terceira série do primeiro grau”. Ou seja, isso podendo gerar problemas nas outras áreas de conhecimento.

Apesar de todas as experiências metodológicas possuírem seu lado negativo, o método oralista teve seu lado positivo, pois algumas crianças conseguiam desenvolver habilidades de leitura e escrita. Depois de perpetuar durante anos no cenário educacional, muitos pais passaram a condenar o oralismo como método pedagógico, pois este demonstrava resultados insatisfatórios no processo de ensino dos alunos com deficiência auditiva, a partir daí surge a língua de sinais. Essa abordagem ficou conhecida como comunicação total. Para Lacerda (1996, p. 07 *apud* STEWART, 1993, p. 118), que define comunicação total como “a prática de usar sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital para fornecer inputs linguísticos para estudantes surdos, ao passo que eles podem expressar-se nas modalidades preferidas”.

Essa foi uma das abordagens metodológicas, que teve vida curta, pois tinha as mesmas teorias propostas do oralismo. E, um exemplo disso, está no fato de utilizarem somente os

sinais da língua de sinais como meio para transmitir o processo de ensino/aprendizagem da língua oral.

Contudo há uma diferença entre a abordagem oralista e a comunicação total, pois os profissionais que utilizam estas veem o aluno surdo de formas diferenciadas.

Nessa perspectiva percebe-se que a comunicação total possui uma filosofia bastante diferenciada em relação às outras abordagens, pois esta defende qualquer recurso linguístico, oral ou manual para facilitar a comunicação com as pessoas surdas. Bem como a valorização do papel da família do aluno surdo, em acreditar nessa metodologia e compartilhar os valores importantes para a aquisição do conhecimento.

Por assumir uma filosofia bimodalista (uso de códigos manuais e língua oral) a comunicação total contribuiu para diminuir o bloqueio de comunicação que o aluno surdo vivencia em seu dia a dia, que impediam em seu desenvolvimento, fazendo que a família passasse a ser uma grande colaboradora na comunicação de seus filhos. Nesse sentido, a comunicação total influenciou para o surgimento do bilinguismo.

### **2.2.2 O Bilinguismo**

Enquanto o oralismo defendia o ensino por meio da oralização, das técnicas em defesa do ensino e regras gramaticas, a comunicação total tinha como filosofia a bimodalismo, (uso de códigos manuais e língua oral), diante disso ambas as abordagens foram banalizadas da sociedade, surgindo no contexto nacional o bilinguismo, que passa tomar destaque nas instituições de ensino.

Mas, o que é o bilinguismo? “Bilinguismo é uma filosofia de ensino com uma visão sociocultural da surdez, que assume a Língua de Sinais como a primeira língua, e cujo discurso propõe a diversidade cultural e a aceitação do surdo na sociedade” (SLOMSKI 2012, p. 68).

Nesse contexto a abordagem educacional por meio do Bilinguismo visa capacitar o educando por meio de duas línguas a de sinais e a língua da comunidade ouvinte. Nesse pressuposto nota-se que, têm se como filosofia de ensino que o aluno com deficiência auditiva aceite a surdez, e não uma condição de ouvinte com defeito.

Assim é relevante destacar a filosofia do bilinguismo, pois esta é totalmente diferente dos autores que defendem o oralismo e comunicação total. Para os bilinguistas, o aluno com

surdez não precisa obter uma vida igual ao de um ouvinte, mas assumir sua deficiência. A principal filosofia do ensino bilíngue é que os alunos surdos formem uma comunidade, tendo uma cultura e uma língua própria. Diante disso, a aprendizagem é social e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores depende da interação da criança com o seu meio, das relações que ela mantém com o mundo exterior (VYGOTSKY, 2001).

Diante dessa proposta inovadora o bilinguismo passa a ganhar destaque no cenário nacional e mundial. Os países desenvolvidos como EUA, Canadá, Suécia, Venezuela, Israel, entre outros países, diversas universidades pesquisam a surdez e a língua de sinais sob a ótica da filosofia bilíngue (GOLDFELD, 1997).

A partir daí foi possível traçar uma linhagem sobre as três principais abordagens metodológicas importantes no processo de ensino/aprendizagem do aluno com deficiência auditiva. Sendo que ainda se encontra no cenário um período de confrontação entre as três teorias metodológicas, entretanto, percebe-se que o bilinguismo possui um crédito maior, pois é uma proposta que define literalmente uma abordagem educacional voltada para identidade, da língua e da cultura da comunidade surda.

Com advento dessas três abordagens metodológicas, nota-se que o bilinguismo obteve melhor destaque, o que oportunizou o surgimento de inúmeras pesquisas com o intuito de analisar como veem acontecendo e como é utilizado a prática bilíngue, pois dificilmente encontra-se interprete de libras em espaços importantes como sala de aula, repartições públicas, hospitais, instituições privadas e programas de TV em língua de sinais.

Mesmo sendo uma política garantida, a proposta para o ensino de libras cresce incessantemente nos setores públicos por meios de cursos de graduação, especialização dentre outros, e isso ajuda na transformação, para que as práticas para o ensino de alunos com deficiência auditiva passem ser aplicadas em todo cenário nacional.

Entretanto, apesar dos índices de alunos com deficiência aumentarem nas últimas décadas no ambiente escolar, ainda encontramos profissionais poucos habilitados para atuar diante das necessidades da comunidade surda, e são esses profissionais que em sua maioria atuam em salas de aulas com alunos ditos com deficiência auditiva.

Portanto, levando em conta todo o processo evolutivo da política para o deficiente auditivo, ainda encontramos instituições escolares, que não utilizam a língua de sinais em sala de aula. Isso porque a deficiência no sistema de formação continuada trava a evolução de uma prática pedagógica viável aqueles que dela necessita. Assim muitas crianças, adolescentes,

jovens e até mesmo os adultos não conseguem participar da comunidade surda, pois não utilizam a língua de sinais e nem dominam a língua oral.

### **2.3. A importância do intérprete de Libras**

Tecer comentários sobre a importância do profissional de Libras não é uma tarefa simples. Vivemos num país que tem em sua maioria uma população ouvintes, o que de certa forma dificulta a difusão de um sistema bilíngue nas escolas. A comunicação na vida do cidadão se dá desde bebê quando o mesmo chora em busca de algo que deseja. Portanto, todos somos capazes de nos comunicar de alguma maneira.

E o intérprete de Libras veio para somar neste cenário, que muitas vezes parece ser complicada para os surdos. A comunicação destes é feita pela língua de sinais, e por isso a importância do interprete de libras na vida dessas pessoas. Contudo a realidade brasileira é outra e veem andando a passos lentos, conforme Goldfeld (1997, p. 42) fala sobre isso:

A pior realidade é que grande parte dos surdos brasileiros e seus familiares nem sequer conhecem a língua de sinais. Muitas crianças, adolescentes e até adultos surdos não participam da comunidade surda, não utilizam a língua de sinais e também não dominam a língua oral.

Apesar da política para o deficiente auditivo ser uma política recente, ainda temos muitos alunos com o processo de ensino/aprendizagem em atraso, devido ao não conhecimento da Língua de Sinais. Assim, quando muitos iniciam esse processo já é tarde demais, perdem boa parte das experiências da vida cotidiana, que certamente terá consequências em seu processo de formação. Segundo Vygotsky (2001), a linguagem possui além da função comunicativa, a função de organização e formação do pensamento.

Entretanto, a realidade é totalmente diferente, pois a falta de formação adequada para trabalhar alunos com deficiência auditiva torna o ensino precário fazendo com que esse processo impeça a aquisição da língua de sinais, fazendo a pessoa a passar a utilizar a mímica como uma estratégia para levar o ensino das belas letras. Em seu texto intitulado Fundamentos da Defectologia (VYGOTSKY, 2001), estudou acerca da educação de surdos e expôs que “mímica”, apesar de ser natural ao surdo, não levava a formação das funções superiores e, ainda, impedia a aquisição da fala. Diante disso, em seu estudo o mesmo fez diversas críticas às teorias pedagógicas para a educação dos alunos com surdez, bem como aos métodos, principalmente o oral, que naquela época estava no auge como proposta de

ensino, ele que propôs que esses métodos fossem repensados e se tornassem mais próximos da fala em uso.

Nesse sentido, todos têm direito à educação de qualidade, de comunicar-se normalmente com outro, por isso, que surge nesse contexto fundamentado legalmente pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, o Interpretete de Libras para possibilitar a interação entre os alunos com deficiência auditiva. Este profissional surgiu devido à necessidade dos alunos com deficiência auditiva em se comunicar com as pessoas ouvintes, isso porque é importante uma intervenção pedagógica, mediada por um professor que tenha a proficiência da língua de sinais e que tenha habilidades dos conteúdos a serem ensinados.

O profissional conhecido como o intérprete de Libras busca o canal de comunicação entre o aluno e professor, colegas, gestores, ou seja, com a comunidade escolar. Tendo em seu papel a tarefa de traduzir para as pessoas que compartilham uma língua diferenciada. Eles buscam transferir através dos sinais o conteúdo que está sendo passado, tirando dúvidas, ou seja, explicando nos espaços em que trabalham seja ele escolar ou não. Porém este profissional não é professor ele é a via de comunicação entre pessoas ouvintes com as que contêm alguma deficiência auditiva. Sendo assim “o intérprete por sua vez não pode assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos e, acaba sendo sobrecarregado por confundir o seu papel dentro do processo educacional. [...]” (QUADROS, 2004, p. 60).

O intérprete de Libras busca ir além da prática de tradução, por isso o mesmo deve estar bem preparado para trabalhar em diversos ambientes, sendo sempre o mediador entre o deficiente auditivo e a pessoa ouvinte. Como afirma Damázio (2007, p. 16):

É absolutamente necessário entender que o tradutor e interprete é apenas um mediador da comunicação e não um facilitador da aprendizagem e que esses papéis são absolutamente diferente e precisam ser devidamente distinguidos e respeitados na escola básica e superior.

Portanto, conclui-se que um ensino de qualidade só é possível quando a escola proporciona a seus alunos com deficiência auditiva um ensino voltado para sua realidade. O ensino onde a Libras seja peça chave na construção do conhecimento do aluno, pois a parceria professor regente e o professor Intérprete de Libras serão de fundamental importância no processo pedagógico do aluno com deficiência auditiva, pois os mesmos saberão escolher os conteúdos a serem trabalhados e a metodologia adequada para tal situação do aluno.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Geral:**

- Investigar como acontece o processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência auditiva em uma Escola de Atendimento Especializado em Carinhanha – Bahia.

#### **3.2 Específicos:**

- Analisar como acontece o processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência auditiva em uma Escola de Atendimento Especializado;
- Identificar e analisar as dificuldades encontradas pelos professores no processo de ensino/aprendizagem do aluno com deficiência auditiva;
- Identificar as metodologias e atividades utilizadas pelos professores no processo de ensino/aprendizagem do aluno com deficiência auditiva;

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia**

Ao longo dos anos, os estudos quantitativos foram essenciais para obter resultados e definições de objetivos no meio educacional. Entretanto, outra abordagem passou a ter um papel relevante nos trabalhos de iniciação científica de cunho investigativo: a pesquisa qualitativa. A mesma teve seu ápice na área da Antropologia e Sociologia, mas foi na década de 70, que começou a dar grandes contribuições no meio educacional.

De acordo Neves (1996, p. 1 *apud* Maamen, 1979a, p. 520), “a pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”. Nesse sentido, nota-se que a abordagem qualitativa, possui um grande papel na valorização do sujeito participante do meio pesquisado, bem como suas representações e opiniões, pois ao entrar em contato com o pesquisado, o pesquisador terá maior possibilidade de compreender o fenômeno estudado, interpretar os dados obtidos e a partir daí, explorar as informações coletadas.

Assim, Gonçalves (2007, p. 69) conclui que “a pesquisa qualitativa se preocupa com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”. Portanto, nesse trabalho a perspectiva escolhida foi a qualitativa, pois há um compromisso com o processo da investigação e não somente com seu produto.

### **4.2 Contexto da Pesquisa**

O principal objetivo da educação é integrar saberes das mais diversas formas, fontes e recursos de aprendizagem, assim no ano de 2012 Carinhanha foi contemplada com uma instituição especializada voltada para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, que no presente trabalho será chamada de Escola de Atendimento Especializado Ana Neri.

A escolha do local se deve as pesquisas de campo realizadas durante o processo de estudo deste curso, bem como das necessidades encontradas pelos professores para desenvolver seu trabalho com alunos com deficiência auditiva, e propor reflexões teóricas para o aprimoramento do atendimento especializado.

A Escola de Atendimento Especializado Ana Neri encontra-se estabelecida no Centro de Carinhanha – Bahia, ela atende os alunos nos turnos matutino e vespertino. É um local de médio porte, onde se encontra divididos em doze repartições: três salas para atendimento psicopedagógicos, duas salas de atendimento educacional especializado, uma sala de mídia, uma sala de coordenação, um refeitório, uma cozinha, sala de recepção, uma antessala e dois banheiros.

Neste local são atendidos 95 alunos com necessidades educacionais especiais, sendo: deficiência física, auditiva e intelectual originados das variadas escolas do município de Carinhanha.

Os alunos com necessidades educacionais especiais são encaminhados para o local da pesquisa pelas escolas públicas, através das dificuldades identificadas nas instituições escolares, em que são matriculados.

Para atender esta clientela a instituição conta com os seguintes profissionais: uma Coordenadora, dois professores, dois psicopedagogos, uma fisioterapeuta, uma assistente social, uma psicóloga, uma recepcionista, uma faxineira e uma merendeira.

Assim, no local pesquisado são desenvolvidas atividades para ajudar a sanar as dificuldades dos alunos com estratégias para que esse processo aconteça com qualidade, com o apoio de psicopedagogos, professores das salas de recursos, fisioterapeuta, psicólogo, coordenador, e auxiliares de serviços diversos.

Nesse apoio encontram-se também os recursos pedagógicos dando destaque as metodologias e as dinâmicas utilizadas no local: documentos orientadores da instituição, atividades complementares no currículo, oficinas, seminários e várias outras atividades para garantir uma educação de qualidade.

Todo esse apoio é para garantir um atendimento de qualidade proporcionado por uma jornada de 40 horas semanais.

### **4.3 Participantes**

Esta pesquisa contou com a participação de quatro professores que atendem alunos com deficiência auditiva:

- Profa. Amália de Brito, formada em Pedagogia, possui 5 anos de experiência no Magistério e 3 anos na área Especial, já desenvolveu trabalhos em duas

instituições, atualmente não possui nenhuma especialização, mas procura sempre participar de cursos de formação continuada desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação.

- Profa. Jéssica Vieira, formada em Pedagogia, possui 14 anos de experiência no Magistério, 6 anos na área especial, não tem especialização, mas ao trabalhar pela instituição fez o curso básico introdutório em Libras.
- Profa. Aparecida Cardoso, formada em Pedagogia, possui o curso básico em Libras, tem 15 anos de experiência no Magistério e somente 3 anos na área especial, com especialização em andamento.
- Profa. Fabielle, formada em Pedagogia, possui 15 anos de experiência no Magistério e somente dois anos na área especial, não tem especialização, mas sempre procura participar dos cursos de formação continuada desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Aqui também enfatizamos a importância de preservação da identidade dos participantes e utilizamos nomes fictícios para apresentá-los em toda a monografia.

#### **4.4 Materiais**

Nesse trabalho utilizei alguns materiais, conforme segue:

- 01 computador;
- 01 impressora;
- Tinta para impressão;
- Folhas de Papel A4;
- Caneta.

#### **4.5 Instrumentos de Construção de Dados**

Para concretização desse estudo as informações foram colhidas através do uso de questionário com questões abertas (Apêndice A) e observações. Contudo, a pesquisa *in loco* nos trouxe experiências significativas, como o relato de experiências dos pesquisados,

conversas informais entre os participantes, assim essas experiências também foram consideradas como instrumentos para a construção de dados.

Nesse sentido, o questionário consta de questões abertas com duas categorias:

- a) **Dados de Identificação** – com 6 questões voltadas para conhecimento da formação e experiência dos pesquisados;
- b) **Educação x atuação profissional** – 14 questões voltadas sobre o tema pesquisado;

O protocolo de observação (Apêndice B) foi utilizado para registrar minuciosamente os fatos observados no ambiente escolar e salas de aula, com anotação dos fatos importantes para fins de análise.

As observações foram realizadas na Escola Ana Neri, e durante as aulas dos professores pesquisados, conforme abaixo:

- ✓ Dia 19 de outubro - foi realizado na aula da professora Fabielle, por um período de 2 horas.
- ✓ Dia 22 de outubro – foi realizada na aula da professora Aparecida, por um período de 3 horas e 30 minutos.

#### **4.6 Procedimentos de Construção de Dados**

Ao apresentar-me no local, foi realizada uma conversa sobre o objetivo da pesquisa, entrega da Carta de Apresentação (Anexo A) e Aceite Institucional (Anexo B), e em seguida um levantamento sobre a instituição, com interesse em dados como: localização, quando surgiu, estrutura física da instituição, quais materiais possui e são utilizados; composição de funcionários, funções e formações, horário para atendimento; também foi questionado sobre a quantidade de alunos atendidos e quais as especificidades são mais recebidas pela instituição, e por fim, uma breve questão sobre o suporte pedagógico e documentos orientadores da mesma.

Ao término desta visita conversei com a Coordenadora, responsável pelo local e marquei retorno para uma breve conversa com os professores a fim de expor o objetivo da pesquisa, como esta se desenvolveria e como seria importante a participação dos mesmos nesse processo.

A conversa com os professores foi realizada de acordo com a visita agendada. Após a conversa com os mesmos alguns aceitaram participar e outros não. Os que concordaram em fazer parte da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C). Aproveitei o momento e deixei os questionários para os mesmos responderem.

E, por fim, foi realizada uma conversa com a coordenadora para a realização de observação com os alunos com deficiência auditiva sendo atendidos no local. A Coordenadora ficou de conversar com os pais dos mesmos e daria uma resposta sobre a possibilidade de fazer as observações. Assim, a mesma retornou com a informação fazendo a liberação e os pais assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D).

Os encontros com os alunos são realizados até duas vezes na semana, e nesses dias foi possível vivenciar como acontece o processo de ensino/aprendizagem com esses alunos, quais atividades são utilizadas, como é o relacionamento entre professor/aluno, aluno/professor e aluno/aluno.

A pesquisa de cunho qualitativo exige do pesquisador um olhar especial sobre o objeto de estudo, nesse sentido, não foi uma tarefa fácil, pois o desencontro com estes profissionais foi marcante devido estarem fazendo visitas às intuições escolares onde os alunos estudam diariamente.

Nesse sentido, após momento de investigação por meio da aplicação dos questionários, realizei duas observações dos alunos com deficiência auditiva, essa escolha requer do pesquisador um olhar especial sobre os participantes com deficiência, e assim a partir das mesmas foi possível analisar e interpretar como acontece a relação dos profissionais e os alunos com deficiência auditiva.

#### **4.7 Procedimentos de Análise de Dados**

Os dados do presente trabalho foram analisados seguindo as categorias:

- a) **Dados de Identificação** – foram analisadas as questões voltadas para o conhecimento da formação e experiência dos pesquisados, de maneira descritiva;
- b) **Educação x atuação profissional** – as questões foram analisadas descritivamente e confrontadas as respostas com autores que falam sobre o tema;
- c) **Observações** – foram registradas *in loco* e analisadas em um tópico à parte com uma narrativa dos fatos observados e uma reflexão teórica sobre as mesmas.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de adentrar nas discussões dos dados colhidos sinalizo as dificuldades em desenvolver essa etapa do trabalho, pois o público possui um grande número de pesquisadores em campo para investigação, e assim diante de tantos questionários respondidos, foi possível concretizar este com ajuda de poucos profissionais. Talvez sendo uma temática estudada por muitos cursistas tenha ocorrido esse desgaste.

A escolha da instituição teve o objetivo de investigar como acontece o processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência auditiva em uma Escola de Atendimento Especializado em Carinhanha – Bahia.

Esclareço que as informações coletadas através do questionário aplicado aos professores regentes que atuam com alunos com deficiência auditiva foram analisadas conforme a sequencia do questionário.

Para entendimento da proposta foi realizada uma análise da identificação dos profissionais presentes na Instituição, porém vale ressaltar que para manter a identidade destes usaremos nomes fictícios.

### 5.1 Formação x experiência dos profissionais

**Quadro 1 – Formação dos Pesquisados**

<b>Função</b>	<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Especialização</b>
Professor Regente	Amália	Pedagoga	Nenhuma
Professor Regente	Jéssica	Pedagoga	Nenhuma
Professor Regente	Aparecida	Letras	Nenhuma
Professor Regente	Fabielle	Pedagoga	Nenhuma

Conforme pode ser observado no quadro acima, os profissionais que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais no local pesquisado, em sua maioria, possuem apenas graduação em Pedagogia, curso indicado para aqueles que desejam trabalhar com alunos do Ensino Fundamental I. Apenas uma das profissionais é formada em Letras. Entretanto, a LDB 9.394/1996, em seu art. 59 - inciso III, expõe que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores

do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 44).

Contudo, apesar da legislação garantir, não é isso que se observa na realidade, pois é importante que todos os profissionais que possuem contato com alunos com algum tipo de deficiência tenham formação adequada para lidar com a necessidade específica do aluno com necessidades educacionais especiais. No caso deste trabalho, os alunos deficientes auditivos atendidos pelos professores acima necessitam de um apoio do professor intérprete de libras para mediar o conhecimento proposto e a necessidade do aluno.

**Quadro 2 - Atuação x Anos de experiência**

<b>Função</b>	<b>Nome</b>	<b>Tempo Magistério</b>	<b>Experiência na área especial</b>	<b>Curso de Formação</b>
Prof. Regente	Amália	5 anos	3 anos	Nenhum na área
Prof. Regente	Jéssica	14 anos	6 anos	Libras (básico)
Prof. Regente	Aparecida	15 anos	3 anos	Libras (básico)
Prof. Regente	Fabielle	15 anos	2 anos	Nenhum na área

O professor tem uma tarefa importante que é preparar um aluno para viver em sociedade, assim de acordo os dados acima, os profissionais possuem anos de experiência no Magistério, no entanto, poucos anos na área especial. Mesmo assim, relatam que são anos importantes em suas vidas, mesmo não possuindo cursos especializados voltados para a deficiência auditiva, procuram propor as melhores técnicas para ensinar o conhecimento aos alunos com surdez. Sendo assim, podemos inferir que os anos de experiência no magistério desses profissionais os capacitaram para desenvolverem competências para executar atividades diferenciadas para contribuir no processo de ensino/aprendizagem do aluno com deficiência auditiva.

As experiências docentes e os cursos de formação são importantes no desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas para o ensino. As experiências fazem parte do processo de construção do conhecimento de um indivíduo, elas devem servir de alavanca para situações de inquietação, de movimento, de não conformidade, colaborando, dessa forma, para geração de novos conhecimentos e novas experiências. (DEWEY, 1979).

Assim, as experiências educativas e a formação trazem grandes sentidos no processo de desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva, isso porque a formação dos

professores para o atendimento educacional especializado é algo que já vem sendo discutido desde a LDB 9.394/1996, no Decreto 3.298/1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e no Parecer CNE/CEB nº 17/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Nesse sentido, a experiência e a formação são relevantes no desenvolvimento da qualidade do ensino.

## 5.2 Educação x atuação profissional

Nesta categoria foram analisadas as questões de número 01 a 14 do questionário aberto aplicado aos pesquisados, cujo foco era a visão dos mesmos sobre o tema em estudo.

Foi perguntado aos profissionais pesquisados o que entendem por inclusão, ou seja, o que é inclusão, na sua visão.

Para a Profa. Amália *“É a nossa capacidade de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós e acolher todas as pessoas, sem exceção.”*

Para a Profa. Jéssica *“é uma inovação cujo sentido tem sido distorcido, é um assunto polemizado, pois incluir não é só inserir o individuo na escola é um processo que está ligado a todos as pessoas que não tem as mesmas oportunidades na sociedade, é oferecer subsídio para que o mesmo desenvolva no cotidiano.”*

Para a Profa. Aparecida *“é aquela educação onde inclui todos os alunos, independente de como cada um é, e ver todos iguais.”*

Para a Profa. Fabielle *“é uma batalha em diversos campos sociais, contra qualquer tipo de exclusão.”*

Diante das respostas, é perceptível na visão dos profissionais o olhar especial sobre a educação inclusiva. Sendo assim, a inclusão, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos, exige da escola brasileira novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação a condições atuais. (SCHENEIDER, p. 01). Nesse sentido, percebe-se que o processo de inclusão é visto sobre o olhar do professor como um processo em construção, inovador, problematizador, pois é importante que educação seja inclusiva, mesmo enfrentando diversos desafios no meio escolar. Esse é o grande desafio do profissional é incluir sem excluir. Isso porque, por mais que estejam incluídos em sala de aula, muitos alunos com necessidade educacionais especiais são excluindo, pois diante das variadas dificuldades encontradas não conseguem prosseguir nos estudos.

Para Mantoan (2015, s.p.) grande defensora da educação especial no país, define inclusão como:

A nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo.

Na visão dos professores não há pessoas iguais, cada uma tem seu jeito, sua cultura, seus hábitos, seus valores sociais e familiares; as habilidades individuais são distintas, o que significa que cada ser humano avança em seu próprio ritmo. E quando essas individualidades se interagem, acontece uma troca de conhecimentos, onde um ajuda o outro, onde são repassados saberes individual e coletivos, ajudando a superar dificuldade com o apoio de que pode e tem a possibilidade de ajudar, seja o professor ou colega de turma. Sabemos que conviver com várias especificidades é bastante complicado, surgem conflitos, desconforto, pois requer de todos os envolvidos o respeito as diferenças, e como diz Mantoan (2015, s.p.) a “inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”.

Na questão dois do questionário foi solicitado aos pesquisados descrever como acontece o processo de ensino/aprendizagem do aluno com deficiência auditiva. E os pesquisados assim se manifestaram:

Profa. Amália *“como a instituição não possui o interprete utilizamos os recursos didáticos e os materiais de apoio que o MEC disponibiliza e ajustamos as atividades para melhor atender aos alunos com deficiência auditiva”*.

Profa. Jéssica *“acolhimento, entrevista com familiares e inicia-se o passo para cada especificidade.”*

Profa. Aparecida *“a instituição não possui o interprete de Libras. Deste modo, o processo de ensino aprendizagem acontece por meio do uso de recursos didáticos e os materiais de apoio que são disponibilizados pelo MEC a qual tento ajustar da melhor forma possível às atividades para dar um melhor suporte e uma melhor atenção aos alunos com deficiência auditiva”*.

Profa. Fabielle *“acontece como um desafio em que cada conquista tem seu valor”*.

Diante das colocações das pesquisadas nota-se que a instituição possui toda uma organização para receber um aluno com deficiência auditiva. Aqui destacamos o olhar da

Professora Jéssica quando expõe que o “*acolhimento, entrevista com familiares e inicia-se o passo para cada especificidade*”. Esse olhar é bastante importante em nossa trajetória de formação, bem como para o desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva, pois possibilita uma recepção acolhedora, e esse entendimento sobre o processo de ensino aprendizagem da pessoa deficiente, ajuda a melhorar a atenção e o respeito à diferença a necessidade de cada indivíduo fazendo a diferença no sucesso e na qualidade do ensino.

Percebe-se uma preocupação dos profissionais da instituição, pois a ausência do intérprete de libras interfere bastante no processo de ensino/aprendizagem do aluno não ouvinte, assim elas procuram minimizar essa ausência trabalhando os variados materiais disponibilizados pelo MEC, de forma diferenciada para introduzir o conhecimento ao aluno.

Na questão três foi perguntado: Quais métodos são utilizados por você no processo de ensino/aprendizagem do aluno com deficiência auditiva?

Esclarecemos que nesta questão as pesquisadas não responderam com os métodos de ensino utilizados por elas, mas sim colocando as atividades que realizam com os alunos.

Dentre as pesquisadas duas citaram que utilizam atividades lúdicas. Já a Prof. Jéssica exemplifica acrescentando que “*utiliza jogos de percepção, jogo da memória, quebra-cabeça, o lúdico incluiu a interdisciplinaridade tornando-o primordial no desenvolvimento cognitivo da criança.*”

As teorias da aprendizagem englobam uma série de métodos que podem ser desenvolvidos com os alunos, e estas veem sendo analisadas pela psicologia da ciência para entender como o ser humano desenvolve seu conhecimento. Diante disso, nota-se que o corpo discente da instituição procura da melhor forma possível propor métodos de ensino que desperte no aluno com deficiência auditiva o gosto pela aprendizagem. Sabe-se que cada especificidade possui um olhar diferenciado, e assim estas buscam sempre atividades diferenciadas utilizando a língua brasileira de sinais para contribuir no desenvolvimento cognitivo do aluno. Assim nota-se que estas se baseiam nas ideias de Vygotsky (1989, p.12) que afirma “[...] é preciso criar formas culturais singulares, que permitam mobilizar as forças compensatórias e caminhos alternativos de desenvolvimento que implicam o uso de recursos especiais”.

Na questão 4 foi solicitado aos pesquisados descrever as atividades que realizam com o deficiente auditivo.

A Profa. Aparecida informou que *“são muitas as atividades que realizo com os alunos com deficiência auditiva, mas as que usam com frequência são: jogos de memória, quebra-cabeça, alfabeto móvel entre outros jogos didáticos e atividades que promove a interação e envolvimento dos alunos uns com os outros”*. Já a Profa. Fabielle respondeu que *“Trabalho o ditado com material dourado, ábaco, o ditado ao invés de trabalhar com palavras uso objetos.”* Já a Prof.<sup>a</sup> Amália expõe que *“utiliza de Jogos de percepção, jogos de memória, quebra-cabeça, o lúdico onde inclui a interdisciplinaridade, o lúdico torna-se primordial”*. Enquanto a Prof.<sup>a</sup> Jessica menciona também, *“utilizo jogo de memória, xadrez, dominó, quebra-cabeça, alfabeto móvel, dentre outros jogos didáticos e atividades que envolvem os alunos, deixando-os em contato uns com os outros, promovendo a interação nos trabalhos em grupo.”*

Diante do exposto é de fundamental importância que o professor utilize práticas pedagógicas de qualidade que venham transformar o espaço das escolas especializadas em ambientes estimuladores, e isso é possível quando o professor se utiliza de jogos, brincadeiras, linguagem escrita e visual, dentre outras atividades lúdicas, para que não só o aluno com deficiência, como os demais avancem em suas descobertas, pois atitudes como estas só tem a alavancar a participação e o interesse do aluno surdo nas atividades. Como ressalta Vygotsky:

Se uma criança cega ou surda alcança o mesmo desenvolvimento de uma criança normal, então as crianças com deficiência alcançam esse desenvolvimento de um modo diferente, por outra via, com outros meios e para o pedagogo é muito importante conhecer essa peculiaridade da via pela qual ele deve conduzir a criança. A lei da transformação e da compensação proporciona a chave para se chegar a essa peculiaridade (VYGOTSKY, 1989, p.7).

O que se percebe é que este aluno precisa de uma atenção maior dos professores, recursos adequados, garantia do uso da sua linguagem durante as aulas, formação do professor na área para se comunicar e interagir melhor com o mesmo, o que vai além da formação exigida pelo sistema. Ainda que essa capacitação profissional não tenha chegado a esses profissionais, estes procuram da melhor forma desenvolver estratégias diferenciadas para levar uma educação de qualidade aos alunos não ouvintes.

Na questão cinco foi solicitado aos professores que dessem sua opinião do desenvolvimento dos alunos com deficiência auditiva em relação às atividades propostas.

As pesquisadas se manifestaram conforme segue:

Profa. Amália “*Os alunos com deficiência a auditivas leem e escrevem através da leitura labial. Ainda, que falta a orientação de um especialista no assunto, pois algumas vezes o aluno fica disperso e não se interage no processo de ensino-aprendizagem.*”

Profa. Jéssica “*Dificuldades existem em qualquer ensino/aprendizagem e nesse caso não é diferente. O acompanhamento familiar, a adequação individual e o tempo disponibilizado são pontos a considerar para que esse processo tenha o sucesso esperado pela instituição e pela família do aluno.*”

Profa. Aparecida “*Acredito é um bom desenvolvimento, em a vista lerem e escrever pequenas palavras e frases por meio da leitura labial. Visto que, não domino muito bem Libras, mas faço o que posso dentro do meu limite. Sei que preciso de orientação e capacitações de um especialista no assunto.*”

Profa. Fabielle “*O seu desenvolvimento é um pouco lento, mas com muita organização.*”

Observa-se que elas levantam uma questão recorrente em suas falas, ou seja, a questão da falta de formação na área e/ou de não ter um profissional especializado ajudando nesta questão.

No entanto, a Profa. Jéssica coloca questões importantes neste processo como acompanhamento familiar, tempo disponibilizado aos alunos e adequação individual das atividades propostas.

Na questão seis foi perguntado aos pesquisados se eles têm encontrado dificuldades no processo de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva.

Todas as pesquisadas responderam que tem encontrado dificuldades no processo de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiente auditiva e as Professoras Amália e Jéssica enfatizam que “*a falta de especialização para atuar com alunos com deficiência auditiva*” é um grande entrave neste processo.

No ensino regular existem dificuldades enormes no processo de ensino/aprendizagem do aluno, no ensino especial não seria diferente. Os profissionais da educação sentem muita dificuldade em transmitir o conhecimento aos alunos com deficiência auditiva, falta de formação adequada para área, material, mesmo assim elas procuram trabalhar o lúdico utilizando a língua brasileira de sinais e várias outras atividades para contribuir no processo de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva, atendidos pela instituição.

Na questão sete foi solicitado para as pesquisadas opinarem sobre o esforço e vontade de aprender dos deficientes auditivos para superar as dificuldades encontradas.

Todas as pesquisas responderam que “sim”, os deficientes auditivos se esforçam para superar as dificuldades. “*Sim, pois observar-se que o aluno surdo tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento, e a interação e o desenvolvimento nas atividades propostas.*”. (Profa. Fabielle). E, a Profa. Aparecida acrescenta “*muitos desses alunos tem interesse de aprender e por isso acabam superando as dificuldades que eles possuíam anteriormente.*”

Na questão oito foi perguntado: O que você tem feito de diferente para promover a aprendizagem e o um bom desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva?

A Profa. Aparecida utiliza “*jogos e brincadeiras lúdicas, seja individual ou em grupo é o que tenho feito de diferente para promover a aprendizagem e um bom desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva*”. Já a Profa. Fabielle respondeu que faz “*com que esse aluno e os alunos ouvintes se adaptem com a realidade do aluno não ouvinte.*”. Já a Prof.<sup>a</sup> Amália expõe que “*coloca muita dedicação e empatia*”. Enquanto a Prof.<sup>a</sup> Jéssica diz que “*esses alunos me surpreendem a cada dia, pela força de vontade de fazer a tarefa e na maioria das vezes ainda ensinar os colegas.*”

Percebemos que não descrevem nenhuma atividade diferente. No entanto, observa-se que estão empenhadas em promover a aprendizagem e o bom relacionamento entre os alunos com deficiência auditiva e os ouvintes.

Na questão nove foi solicitada a opinião dos pesquisados no sentido de como é a relação do aluno com deficiência auditiva com os demais colegas e com os profissionais que desenvolvem o trabalho com ele.

Sabemos que a audição é de extrema importância para a aquisição da língua falada, nas relações sociais, psicológicas e na interação. Assim, a Professora Amália e Jéssica expõem que essa relação entre alunos é “*normal*”. Isso talvez porque a instituição é frequentada por alunos com a mesma especificidade, assim desenvolve uma ótima relação. Já a Profa. Aparecida nos responde justificando que “*é uma relação de igual para igual, sem nenhum tipo de preconceito ou crítica*”, para a Profa. Fabielle “*uma boa relação, pois crianças normalmente não são preconceituosas e com os profissionais da mesma forma.*”

A partir das respostas das professoras percebe-se que a deficiência auditiva não interfere no processo de relação aluno/aluno e aluno/professor, pois estes são tratados por igual em relação aos demais.

Na questão 10 foi solicitado que os pesquisados respondessem se a família do aluno com deficiência auditiva tem sido parceira do professor frente ao processo educacional de seu filho?

A relação família/escola é de fundamental importância no processo de ensino/aprendizagem do aluno com dificuldades na fala, isso porque a primeira escola para criança é em casa, contudo a maioria destes são filhos de pais ouvintes, e nem todos sabem a língua de sinais para comunicar-se com seus filhos.

Nesta questão as opiniões se dividem, pois, para três pesquisados nem sempre há parceria da família, conforme relata a Profa. Amália *“nem sempre os pais têm sido parceiro do professor, na maioria das vezes os pais têm deixado a responsabilidade da educação dos filhos somente para a escola”*, a Profa. Aparecida *“alguns pais tem sido parceiro da instituição e do professor em relação ao processo educacional de seu Filho. Todavia, tem alguns que transfere toda responsabilidade para nós professores”*. Já para a Profa. Fabielle *“não existe acompanhamento familiar.”*

A família é considerada como o primeiro espaço de vivência e convivência humana, ambiente esse modelador, formador de valores, conhecimentos, culturas, sonhos, ideias, significados, sendo importante ressaltar que ela vem perdendo suas características devido às mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, o que atinge os modelos de construção de conhecimento e configuração das novas famílias. Assim, a família com seus vínculos forma uma rede de compartilhamento, visando o desenvolvimento dos seus entes, mas perdendo esse vínculo estão deixando de lado seus filhos, talvez até mesmo por não saber lidar com essa diversidade acarretando um desenvolvimento aquém do esperado.

Na questão onze foi perguntado aos pesquisados se eles consideram os alunos incluídos ou apenas integrados na instituição pesquisada:

Mesmo com uma política governamental de inclusão isto não é uma tarefa fácil, pois incluir um aluno com deficiência auditiva torna-se um grande desafio para o sistema. A falta de formação é um dos principais empecilhos para a qualidade da inclusão desse aluno. Mesmo possuindo o apoio de profissionais qualificados a instituição ainda carece de um intérprete de Libras, pois Libras é a primeira língua do deficiente auditivo, sendo o português a segunda

língua, assim os profissionais que trabalham no dia a dia com esses alunos elaboram estratégias diferenciadas para suprir a ausência desse profissional na instituição.

Talvez por este motivo a resposta dos profissionais pesquisados, conforme abaixo, nos remeta ainda a integração, ou seja, com a visão de que aluno necessita se adaptar ao ambiente escolar. Quando a inclusão apregoa que a escola necessita se preparar para receber e atender com qualidade o aluno com necessidades especiais.

Profa. Amália: *“Creio que integrado mesmo que a instituição conte com professores, psicopedagogos, psicólogo, assistente social e fisioterapeuta, ainda falta muito para que esse aluno se torne de fato incluído.”*

Profa. Jéssica: *“A integração é algo mais fácil de ocorrer, já a inclusão demanda uma série de fatores e leva mais tempo para tornar qualquer aluno incluso.”*

Profa. Aparecida: *“Acredito que integrado. Pois há certas situações que os vejo integrado mais não incluído, embora falte muito para essa inclusão seja concreta. Mas, só o fato de se ter professores, psicopedagogos, psicólogo, assistente social e fisioterapeuta, materiais pedagógicos e sala não totalmente equipados já faz uma diferença no processo de inclusão desses alunos, que muitas vezes se sentiam presos em casa ou até mesmo isolados na escola regular.”*

Profa. Fabielle: *“Não totalmente incluído, pois não são todos professores que tem formação adequada para o ensino de Libras e soma-se a isso a falta de intérpretes.”*

As opiniões expostas demonstram como acontece o processo de inclusão na escola pesquisada deixando claro como a educação inclusiva é vista por muitos profissionais que dela participam em seu dia a dia, assim de acordo com Mantoan (2015, s.d.) a “inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. Sabe-se que conviver com várias especificidades é bastante complicado, traz conflitos, desconforto e requer respeito. Portanto, essas questões nos revelam o quanto é difícil lidar com a inclusão, e como é desafiante para todos os envolvidos incluir sem excluir.

Aos pesquisados foi perguntado na questão doze: Você tem algum conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Em caso positivo, justifique sua resposta. Caso negativo, como faz para se comunicar com esse aluno e auxiliar o mesmo em suas atividades, e para tirar possíveis dúvidas?

De acordo com as respostas as Professoras Amália e Aparecida não possuem curso de Libras. No entanto, uma se comunica através de mímica e a outra esclarece que aprendeu algumas coisas através de vídeos, minicursos e oficinas sobre o assunto. Sobre a mímica, Vygotsky (1997) escreveu que a “mímica”, apesar de ser natural ao surdo, não levava a formação das funções superiores e, ainda, impedia a aquisição da fala.

A Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação (1996) traz os preâmbulos relacionados às áreas de atendimento na educação, assim uma das principais são as exigências para o desempenho do papel docente frente às novas concepções de educação para mundo. Porém quero mencionar a Resolução nº 04, de 2009, que estabelece em seu artigo 13 as atribuições, como segue, para atender o aluno com deficiência:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- VII – ensinar e usar a tecnologia Assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009, p.3).

Diante do exposto os preâmbulos apresentam as atribuições que o profissional precisara para trabalhar diariamente com o aluno, nesse sentido, isto nos chama atenção para responsabilidade que este profissional precisará para articular as atividades no local pesquisado. Contudo, as respostas acima não estão coerentes com a proposta do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, quando estabelece o apoio técnico e financeiro da União “para a formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva” (BRASIL, 2011, art. 5º).

Entretanto, nota-se que essa formação ainda deficitária no sistema público, pois não há uma formação inicial para proporcionar aos alunos com deficiência auditiva o conhecimento pelo menos do ensino de libras. Nesse sentido Saviani (2009, p. 152) em seu discurso sobre a formação de professores expõe que “não se pode dizer que a educação especial não tenha sido contemplada na legislação em vigor [...]. No entanto, no que se refere à formação de professores para atuar na educação especial a questão permanece em aberto.”

Nessa visão e na opinião das professoras Jéssica e Fabielle, que possuem curso de Libras básico: a Profa. Jéssica se justifica dizendo que *“a sensibilidade aliada à prática faz minha atividade fluir satisfatoriamente”*. Assim, alguns profissionais ainda buscam meios de trabalhar com o aluno com deficiência, mesmo não tendo oportunidades de aprender com um curso para trabalhar com os mesmos.

Assim, por mais que as dificuldades existam na instituição, nota-se que os profissionais procuram da melhor forma possível levar um ensino de qualidade aos alunos com deficiência auditiva.

Na questão treze foi solicitado aos pesquisados relatar os aspectos positivos e negativos experimentados no processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva.

Os aspectos positivos elencados pelos pesquisados foram a: força de vontade dos alunos para aprenderem e a disposição e o interesse de aprender desses alunos.

Os aspectos negativos apontados pelos pesquisados foram:

*“A falta de um interprete na escola e outros fatores como: estrutura física da instituição ainda não está bem adequada para receber estes alunos e falta de recursos pedagógicos para atender as necessidades educacionais desses educando”* (Prof. Amália).

*“Falta de um interprete e outros fatores como, estrutura física da instituição ainda não está bem adequada para receber estes alunos e carência de recursos pedagógicos para atender as necessidades educacionais desses educandos”* (Profa. Aparecida).

A Profa. Jéssica não respondeu à questão diretamente. E, a Professora Fabielle escreve que:

*A inclusão do aluno surdo ainda não acontece totalmente e para que isso aconteça é necessário à elaboração e implementação de políticas públicas. A instituição tem que se tornar uma comunidade bilíngue com livros, filmes e outros materiais adaptados e sinalizando as duas línguas. É investir em formação de educadores, fazendo com que a Libras seja parte do cotidiano.*

Considerando as respostas acima, percebe-se que os professores apontam a falta de um interprete de libras como o principal ponto negativo para trabalhar com o aluno com deficiência auditiva, pois a ausência deste impossibilita a mediação adequada do conhecimento da língua escrita, pois como expõe Saviani (2009, p. 153):

[...] será necessário instituir um espaço específico para cuidar da formação de professores para essa modalidade de ensino. Do contrário essa área continuará desguarnecida e de nada adiantarão as reiteradas proclamações

referentes às virtudes da educação inclusiva que povoam os documentos oficiais e boa parte da literatura educacional nos dias de hoje.

Por fim, é importante que a sociedade como todo possa cobrar a especialização de profissionais para atuar nos locais de atendimento especializado, pois para o professor regente não é fácil mediar o conhecimento se este não possui cursos adequados para essa especificidade.

### **5.3 Observações**

Após análise das respostas do questionário farei uma breve reflexão sobre as observações realizadas durante a pesquisa a campo. Foram dois dias de observações.

O primeiro dia a instituição atendeu a três alunos com deficiência auditiva, sendo estes de séries diferentes. Durante esse processo de observação pude perceber que o aluno com surdez interage com alguns colegas, principalmente com aqueles que estudam na mesma escola. A comunicação entre eles é através de gestos e alguns sinais.

A professora deles, é bastante dedicada ao seu ofício de professora, faz tudo com muita dedicação, coloca o aluno na frente para que ele possa compreender o que está sendo trabalhado, faz uma leitura labial e participa ativamente das atividades propostas pela mesma. Mesmo com todo esforço da professora em dar uma aula inclusiva percebi que ela sente um pouco de dificuldade em comunicar-se com o aluno. Vygotsky (1989, p. 26) ressalta que se faz necessário “[...] uma educação social e não uma escola de retardos mentais, que lhe impõe não se adaptar à deficiência mais vencê-la”. Nesse sentido, na observação nota-se que a professora procurar vencer os desafios da prática diária, e sempre procurando incluir os alunos de forma por igual nas atividades.

No entanto, a interação entre o aluno surdo e os colegas é muito boa, porém eles não se sentem ainda à vontade em interagir com total confiança junto aos colegas, pois mesmo sendo de uma mesma comunidade, não possuem o conhecimento de Libras para tornar a relação mais estreita.

Já no segundo dia observei que há sempre atividades diferenciadas voltadas para o ensino de Libras, atividades estas que atendam a dificuldade do aluno surdo e que facilitam a sua compreensão e comunicação, essas atividades visuais que fazem com que o surdo entenda o que se propõe nas atividades desenvolvidas na sala de aula em seu dia a dia. Mas a professora faz de acordo o que conhece e sabe fazer. Diante destaca-se o pensamento de

Vygotsky quando enfatiza “[...] porque na escola a criança não aprende o que sabe fazer sozinha, mas o que ainda não sabe e lhe vem a ser acessível com o professor e sob sua orientação. O fundamental na aprendizagem é justamente o fato de que a criança aprende o novo” (VYGOTSKY, 2001, p. 331).

Nessa perspectiva por mais que o professor não tenha formação adequada em Libras, estas propõem sempre atividades voltadas para o ensino de Libras, abordagem esta bastante relevante para o conhecimento e para sua comunicação que o auxiliará na sua aprendizagem, e que por sinal eles adoram. Porém, a professora do AEE reclama muito sobre o interesse da família em buscar uma interação maior para eu filho, pois o aluno frequenta muito pouco aos atendimentos, o que dificulta o seu aperfeiçoamento em Libras.

Os alunos quando chegam à escola já trazem como linguagem a mímica, para alguns isso é relevante, pois ajudará no desenvolvimento das atividades, para outras é uma dificuldade a ser vencida pela instituição, pois se tornou um processo tardio fragmentando a comunicação, e algumas destas famílias por encontrarem dificuldades acabam deixando os filhos como um objeto na instituição para que esta possa reconstruir esse processo tardio.

Se cada um faz a sua parte tudo fica mais fácil. As famílias ainda estão muito recuadas ao processo de interação família-escola, quando não dão credibilidade aos trabalhos pedagógicos. A família e a escola precisam andar juntas para garantir a inclusão dos alunos, sobretudo na aprendizagem escolar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de cunho investigativo teve como objetivo geral, investigar como acontece o processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência auditiva em um Núcleo Especializado em Carinhanha – Bahia.

Em síntese os resultados encontrados mostram uma visão do atendimento educacional especializado sobre ótica dos professores ao sinalizarem que a inclusão “ é a nossa capacidade de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós e acolher todas as pessoas, sem exceção”. Sendo assim, ressaltam que reconhecer e acolher as diferenças são fundamentos essenciais e que a inclusão é um fator importante para a sociedade.

Porém, o que tem faltado na maioria das vezes é o preparo dos profissionais, recursos pedagógicos essenciais, envolvimento mais intenso dos educadores nas discussões e nos planejamentos. Além disso, é importante mencionar o apoio e envolvimento de todos da instituição, a formação e o acompanhamento dos pais, como também uma instituição que explore as capacidades dos alunos em todos os sentidos, provendo de recursos, meios, equipamentos e conhecimentos que os apoiam no acesso e participação no ensino comum e na sociedade em geral.

Com relação à interação entre professor e aluno ficou perceptível o quanto é desafiador, tendo em vista que nem só o professor tem esta dificuldade para interagir com o mesmo, mas também os demais professores da instituição especializada, pois nenhum deles tem formação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), linguagem útil para o processo de comunicação e interação com alunos desta natureza (surdo). Mas possuem o curso básico para pelos menos propor um conhecimento de qualidade.

Por fim, apesar das dificuldades encontradas durante o período do trabalho agradeço a todos os profissionais que gastaram um pouco do tempo para contribuir no desenvolvimento desta pesquisa, fazendo uma breve reflexão das políticas voltadas para o atendimento especializado, bem como para o aluno com deficiência auditiva. Assim, conhecer como acontece o processo de ensino/aprendizagem do aluno com surdez foi de fundamental importância para essa atividade, pois a valorização dos métodos de aprendizagem faz diferença na aprendizagem do aluno com deficiência auditiva, e esta auxilia na promoção entre a comunicação e a interação entre ouvintes e não ouvintes.

Desta forma, não é possível que a língua oral seja a única forma de comunicação na sociedade, é preciso adotar meios que valorizem as várias pessoas com necessidade especiais auditivas, sabendo que todos os cidadãos têm seus direitos e deveres resguardados perante a sociedade.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. **Caminhos para escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar**. Brasília: 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC/SEESP, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: 2002**.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: CNE/CEB, 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Comentário SACI**. Revista Benjamin Constant. Dez. /2007. Ano 13. Número 38.

CAPOVILLA, A. G. S., CAPOVILLA, F. C. & MACEDO, E. C. **Análise computadorizada do desempenho de leitura em voz alta de itens isolados por crianças de 1a. a 3a. séries como função de características psicolinguísticas**. Ciência Cognitiva: Teoria, Pesquisa e Aplicação, 2(3), 1998, 253-340.

CICCONE, M.M.C. **Comunicação Total**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

DAMÁZIO, Milene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<https://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/1494>>. Acesso em: 16 de set. de 2015.

DEWEY, Jonh. **Democracia e Educação: Introdução a filosofia da educação**. Tradução de Anísio Teixeira. 4ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2359/2046>>. Acesso: 27 de set. de 2015.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOÉS, Maria Cecília Rafael de. APLANE, Adriana Lia Frizman (orgs.). **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. (orgs) \_ 2.ed. \_ Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Pexus, 1997.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre a iniciação a pesquisa científica**. Campinas, São Paulo, Editora Alínea, 2007.

KELMAN, C. A. Sociedade, educação e cultura. In: KELMAN, C. A [et. al.]. **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010.

LACERDA, C.B.F. de. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: Examinando a construção de conhecimentos**. Campinas: Unicamp/Faculdade de Educação, (tese de doutoramento), 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. **Revista Nova Escola**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>>. Acesso em 11 de nov. de 2015.

MIGUEL, Fernanda Valim Côrtes. **A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada**. **Revista Odisseia – PPGEL/UFRN**, Nº 5. Jan-jun/2010, 1983. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/index.php/odisseia/article/download/.../1464>>. Acesso em 20 de jul. de 2015.

NEVES, José Luís. **Pesquisa qualitativa, características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisa em Administração. São Paulo, v. 1. Nº 3, 1996. Disponível em: <[www.ead.fea.usp.br/cad\\_pesq/arquivos/c03-art06.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/cad_pesq/arquivos/c03-art06.pdf)>. Acesso em 20 de jul. de 2015.

UNESCO (Organização das Nações Unidas). **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação internacional das deficiências atividades e participação: um manual das dimensões da habilitação e funcionamento**. Genebra, 1997. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_humanizausus\\_atencao\\_hospitalar.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizausus_atencao_hospitalar.pdf)> Acesso em 16 de ago. de 2015.

PERLIN, Gladis T.T. **História dos Surdos**. Caderno Pedagógico. Curso de Pedagogia a distância para surdos. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002. Curso de Pedagogia a distância para surdos. (Caderno Pedagógico).

PICCHI, Magali Bussab. **Parceiros da Inclusão Escolar**. - São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2004.

RODRIGUES, Zuleide. **Histórico da Educação dos Surdos**. São Paulo: Scipione, 1997. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/historico-da-educacao-dossurdos/3639/#ixzz3fiDc8ywK>>. Acesso em 01 jul. 2015.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan. /abr. 2009.

SCHENEIDER, Magalis Besser Dorneles. Subsídios **para atuação pedagógica no cotidiano escolar inclusivo**. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/5696/4708>>. Acesso em: 20 de set. de 2015.

SCHON, D. A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: Os professores e sua formação. Lisboa. Dom Quixote, 1992. p. 52-77.

SLOMSKI, V. G. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas**. Curitiba: Juará, 2012.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Completas: Fundamentos da Defectologia**. Tomo V. Trad. Lic. Ma. Del Carmen Ponce Fernandez. Cidade de La Habana: Editorial Pueblo y Educacion, 1989.

\_\_\_\_\_. **Obras Escogidas - V Fundamentos da Defectologia**. Madrid: Visor. 2001.

\_\_\_\_\_. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

\_\_\_\_\_. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. São Paulo: Plexus, 2001.

## APÊNDICE

### Apêndice A – Questionário - Professor (Modelo)



Universidade de Brasília  
 Instituto de Psicologia  
 Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*  
 Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão  
 Escolar

## QUESTIONÁRIO PROFESSOR

Prezado (a) Professor (a),

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Solicito que responda às questões a partir de sua realidade profissional, emitindo suas opiniões e concepções acerca de sua formação e prática pedagógica. Não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Sara Costa do Ouro

a) Dados de Identificação:

Nome:

Formação Inicial:

Formação em nível de Especialização/Mestrado/Doutorado:

Tempo de atuação no magistério:

Estabelecimento de atuação:

Tempo de atuação/experiência com alunos com necessidades educacionais especiais:

Cursos na área de Ensino Especial:

### **b) Educação x atuação profissional**

Considerando a atual política de educação inclusiva e refletindo sobre sua atuação nesta Instituição, por favor, responda:

- 1 Na sua visão, enquanto professor (a), o que é inclusão?
- 2 Descreva como acontece o processo de ensino/aprendizagem do aluno com deficiência auditiva nesta Instituição?

- 3 Quais métodos são utilizados por você no processo de ensino/aprendizagem do aluno com deficiência auditiva?
- 4 Descreva as atividades que realiza com os alunos com deficiência auditiva.
- 5 Na sua opinião, como é o desenvolvimento dos alunos com deficiência auditiva em relação às atividades propostas?
- 6 Você tem encontrado dificuldades no processo de ensino/aprendizagem do aluno com deficiência auditiva? Em caso positivo ou negativo justifique sua resposta.
- 7 No seu ponto de vista, o aluno com deficiência auditiva tem se esforçado e demonstrado vontade de aprender e superar as dificuldades encontradas?
- 8 O que você tem feito de diferente para promover a aprendizagem e o um bom desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva?
- 9 Na sua opinião, como é a relação do aluno com deficiência auditiva, com os demais colegas e com os profissionais que desenvolvem trabalho com ele?
- 10 Na sua percepção, a família do aluno com deficiência auditiva tem sido um parceiro do(a) professor(a) frente ao processo educacional de seu filho?
- 11 Na sua visão o aluno em foco está incluído ou apenas integrado nesta Instituição?
- 12 Você tem algum conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Em caso positivo, justifique sua resposta. Caso negativo, como faz para se comunicar com esse aluno e auxiliar o mesmo em suas atividades, e para tirar possíveis dúvidas?
- 13 O que você tem a relatar sobre o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva; Quais aspectos positivos e negativos experimentados neste processo?
- 14 Para finalizar, deixo abertas as considerações finais, que queira registrar a cerca do aluno com deficiência auditiva?

---

**Data/Assinatura**



## ANEXOS

### Anexo A - Carta de Apresentação (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Polo:** \_\_\_\_\_

**Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

### Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S<sup>a</sup> o(a) cursista pós-graduando(a)

\_\_\_\_\_ que  
 está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e  
 Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema  
 acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista  
 com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e  
 profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e  
 transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores  
 esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão  
 Escolar: **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diva Albuquerque Maciel**

**Anexo B – Carta de Aceite Institucional (Modelo)**

Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**Aceite Institucional**

O (A) Sr./Sra. \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*), da \_\_\_\_\_ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

\_\_\_\_\_, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre.

O estudo envolve a realização de \_\_\_\_\_ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento \_\_\_\_\_ (*local na instituição a ser pesquisado*) com \_\_\_\_\_ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de \_\_\_\_\_ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em \_\_\_\_\_ e término em \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*), \_\_\_\_\_ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de sua corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data).

\_\_\_\_\_  
 Nome do (a) responsável pela instituição

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

## Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_

**Anexo D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_  
*(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)*

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ *(explicitar instrumentos de coleta de dados)*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_